




NAZARÉ

MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Aquisição de Serviços - Auditor Externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e outros - Informação de Abertura	INFORMAÇÃO N.º: 441/DAF-SAC/2022
	NIPG: 7726/22
	DATA: 2022/06/03

DESPACHO:	CHEFE DE DIVISÃO:
<p>Concordo. 03-06-2022</p>  <p>Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré</p>	<p>Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>Concordo com o exposto. À consideração superior, 03-06-2022</p>  <p>Helena Pola Chefe da Divisão Administrativa e Financeira</p>

REGISTOS CONTABILÍSTICOS		
RQI: 473 PAQ: 415	0102/020214 P: 797	<p>06-06-2022</p>  <p>Liliana Codinha Técnica Superior</p>

Exma. Senhora Chefe, da Divisão Administrativa e Financeira,

Considerando a necessidade de iniciar o procedimento legal com vista à **“Aquisição de serviços de Auditor Externo**, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e outros”;

Dado que nos termos do artigo 450.º Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, se trata de um contrato de aquisição de serviços, e visto a necessidade ter sido superiormente aprovada, **submete-se à consideração e decisão superior a presente proposta que visa obter o seguinte:**

1. Decisão de contratar e de autorização da despesa

A decisão de contratar e autorizar a despesa cabe ao Sr. Presidente da Câmara Municipal – no uso de competência própria – Cfr. alínea e) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 18.º, n.º 1 al. a) do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1 al. f) do CCP.

2. Decisão de escolha do procedimento

Assim, e para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, o respetivo preço contratual não deverá exceder os 27.000,00€ - montante que, acrescido do IVA à taxa de 23%, deverá ser assegurado pelo orçamento do corrente ano e terá cobertura.

Ao valor estimado corresponderá o preço base.

De acordo com o artigo 38.º do CCP, a escolha do procedimento cabe ao órgão com competência para a decisão de contratar.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes alínea b) do artigo 27.º do CCP (Sem prejuízo do disposto no artigo 24.º, no caso de contratos de aquisição de serviços, pode adoptar-se o ajuste directo quando: (...)) ***A natureza das respetivas prestações, nomeadamente as inerentes a serviços de natureza intelectual, não permita a elaboração de especificações contratuais suficientemente precisas para que sejam definidos os atributos qualitativos das propostas necessários à fixação de um critério de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 74.º, e desde que a definição quantitativa dos atributos das propostas, no âmbito de outros tipos de procedimento, seja desadequada a essa fixação, tendo em conta os objetivos da aquisição pretendida***, propõe-se a adoção de um ajuste direto com recurso a critérios materiais. (conforme documento de fundamentação em anexo)

3. Nomeação de Júri e delegação de competências

De acordo com o n.º 1 do art.º 67º do CCP, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, a nomeação dos elementos do júri.

Considerando que apenas será formulado convite a uma entidade, propõe-se que o envio do convite, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, seja efetuado pelo signatário, na qualidade de gestor do procedimento.

4. Entidades a convidar

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 112.º do CCP, propõe-se que seja convidado a apresentar proposta:

- **JM Ribeiro da Cunha & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – NIF (514 809 833)**

5. Negociações

Não haverá lugar a negociações.

6. Redução do Contrato a escrito e Publicação

De acordo com o art.º 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

Segundo o artigo 127.º, deverá ser publicado no site <http://www.base.gov.pt>, sob pena de ineficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamentos.

7. Outros

contrato que resultar da eventual adjudicação do presente procedimento envolve a assunção de encargos plurianuais, que foram autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal, por despacho do dia 06/02/2022, (conforme documento em anexo), nos seguintes termos:

ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
4.500,00€+ IVA	9.000,00€+IVA	9.000,00€+IVA	4.500,00€+IVA

8. Relativamente ao disposto na LOE em vigor:

O preço base fixado para a celebração de contrato com o mesmo objeto, em 2020 e 2021, correspondeu a uma base anual de 9.000 €, valor que se mantém, ou seja, montante pelo qual o contrato será celebrado em 2022 e seguintes, pelo que se cumprem as regras do Orçamento de Estado em vigor.

9. Parecer Prévio

Quanto ao parecer prévio vinculativo obrigatório, a LOE veio esclarecer que, nas autarquias locais, o mesmo é da competência do presidente do órgão executivo.

Pelo que, se propõe que a concordância com o teor da presente informação englobe a decisão de V. Exa., de conceder parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços.

10. Aprovação das peças do procedimento

São peças deste procedimento o Caderno de Encargos e o Convite, as quais têm de ser aprovadas pelo órgão com competência para a decisão de contratar. – Cfr. art.º 40º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do CCP.

11. Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos, o Gestor do Contrato é a *Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Helena Pola.*

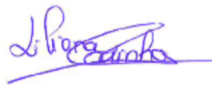
Na elaboração das peças procedimentais foram observadas as disposições legais aplicáveis. – Cfr. art.ºs 42º e 115º, ambos do CCP.

É o que se requer.

À consideração superior.

A Técnica Superior,

03-06-2022



Liliana Codinha
Técnica Superior